

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Dirigimo-nos aos nossos acionistas para apresentar os resultados do primeiro trimestre de 2013. Um ano que se inicia apresentando muitos desafios para a Companhia, mas também um ano de muito trabalho para capturarmos as oportunidades que estão por vir.

Neste 1T13, apresentamos um EBITDA de R\$ 50,0 milhões, uma retração de 4,2% na comparação com o 1T12, resultado este fortemente impactado pelo desempenho da divisão de meios de pagamento no período. A retração da oferta de crédito provocou a diminuição da emissão de cartões financeiros, especialmente aqueles com chip, nos últimos trimestres de 2012 e neste início de ano não foi diferente, entretanto, alguns indicadores e a expectativa de retomada na atividade econômica nos apontam para um retorno gradual desses volumes ao longo do ano.

O destaque do trimestre, mais uma vez, ficou para o desempenho da divisão de sistemas de identificação, que teve seu EBITDA 31,8% maior que no mesmo período do ano passado, atingindo R\$ 30,7 milhões. As campanhas estaduais ainda continuam e vêm contribuindo para os resultados crescentes desta divisão ao longo dos últimos meses.

Em relação à divisão de telecomunicações, observamos uma queda no volume e uma redução na margem EBITDA, considerando o mix de produtos, mas tal resultado já era esperado e havia sido amplamente anunciado pela Companhia, tendo em vista os fortes resultados obtidos nesta divisão nos dois primeiros trimestres de 2012.

A divisão de certificação digital reportou EBITDA negativo no primeiro trimestre do ano, entretanto, os resultados de março quase se aproximaram do breakeven, o que nos deixa bastante confiantes com relação às metas anteriormente propostas. Entendemos que o serviço de certificação digital, ainda que não evolua na velocidade que esperávamos, é uma parte essencial a ser desenvolvida no nosso portfólio para atender às futuras demandas decorrentes da convergência digital, razão pela qual realizamos os investimentos necessários para continuarmos sendo uma fornecedora completa de soluções para os diversos públicos que atendemos.

No que se refere ao mercado norte americano, os resultados apresentados neste primeiro trimestre do ano estão dentro das nossas expectativas para aquele país e durante este ano continuaremos trabalhando na reestruturação da operação, focando principalmente na redução do número de plantas, visando a otimização dos custos operacionais, e na preparação das plantas para produção de cartões no padrão EMV.

Também estamos trabalhando fortemente na aproximação junto a clientes já constantes do portfólio da Valid USA e também de clientes potenciais, na busca do reconhecimento da qualidade, eficiência e credibilidade dos serviços prestados pela Companhia.

Por fim, sabemos que entregar um crescimento de dois dígitos este ano não será uma tarefa fácil para a Companhia, tendo em vista as condições adversas de mercado, mas continuaremos direcionando nossas energias para o atingimento desta meta que será fruto de muito trabalho e dedicação de todo o nosso time, tendo sempre como focos principais o atendimento a nossos clientes da forma mais completa possível e a criação de valor a nossos acionistas.

Mais uma vez agradecemos a confiança depositada.

A Administração.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas

expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Balancos patrimoniais levantados
em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
				(Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	27.148	30.758	99.602	115.779
Contas a receber de clientes (Nota 5)	102.372	89.991	201.776	167.158
Provisão para perdas sobre crédito (Nota 5)	(612)	(593)	(1.204)	(1.158)
Créditos com partes relacionadas (Nota 17)	26	3	-	-
Impostos a recuperar (Nota 6)	5.011	3.955	10.174	7.893
Estoques (Nota 7)	65.791	72.218	96.739	99.834
Dividendos a receber (Nota 17)	4.850	25.057	900	1.094
Outras contas a receber	16.048	14.096	21.117	21.562
Aplicações financeiras – caixa restrito (Nota 8)	2.704	2.661	2.704	2.661
Despesas antecipadas	1.877	1.444	6.476	4.313
Total do ativo circulante	225.215	239.590	438.284	419.136
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo	147.747	138.882	155.934	144.923
Depósitos judiciais (Nota 9)	23.485	16.300	27.188	19.801
Impostos a recuperar (Nota 6)	5.140	5.140	5.237	5.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	6.090	3.824	18.576	14.690
Outras contas a receber	2.465	4.733	3.051	4.932
Créditos com partes relacionadas (Nota 17)	8.685	8.622	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito (Nota 8)	101.882	100.263	101.882	100.263
Investimentos (Nota 11)	312.323	297.003	23.747	24.199
Imobilizado (Nota 12)	203.915	199.951	334.385	335.576
Intangível (Nota 11)	8.368	7.655	170.953	172.034
Total do ativo não circulante	672.353	643.491	685.019	676.732
Total do ativo	897.568	883.081	1.123.303	1.095.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Balancos patrimoniais levantados
em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
				(Reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores	25.067	29.116	53.406	55.681
Débitos com partes relacionadas (Nota 17)	93	130	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar (Nota 13)	142.923	138.654	143.897	138.967
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	32.096	33.977	47.523	47.260
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 14)	6.441	5.750	14.720	12.556
Parcelamento de débitos fiscais (Nota 15)	-	-	82	467
Derivativos (Nota 23)	73	3	73	3
Outras contas a pagar	2.867	2.087	16.006	16.403
Total do passivo circulante	209.560	209.717	275.707	271.337
Passivo não circulante				
Fornecedores	-	-	142	147
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar (Nota 13)	152.144	151.667	272.320	263.799
Provisões (Nota 16)	8.650	8.473	12.091	12.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	-	-	31.829	29.823
Contas a pagar-aquisição de empresas	-	-	4.000	4.000
Derivativos (Nota 23)	3.840	593	3.840	593
Outras contas a pagar	91	182	91	1.092
Total do passivo não circulante	164.725	160.915	324.313	312.082
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	360.000	360.000	360.000	360.000
Ações em tesouraria	(4.346)	(4.346)	(4.346)	(4.346)
Reservas de capital	6.670	6.670	6.670	6.670
Reservas de lucros	130.611	130.611	130.611	130.611
Ajustes acumulados de conversão	(2.066)	1.028	(2.066)	1.028
Proposta de distribuição de dividendos adicional	18.486	18.486	18.486	18.486
Lucro (prejuízo) do período	13.928	-	13.928	-
Total do patrimônio líquido	523.283	512.449	523.283	512.449
Total do passivo e patrimônio líquido	897.568	883.081	1.123.303	1.095.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração do resultado
dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Receita de vendas líquida (Nota 25)	145.602	150.204	267.275	219.007
Custos das mercadorias e serviços (Nota 26)	(116.882)	(112.119)	(201.100)	(154.598)
Lucro bruto	28.720	38.085	66.175	64.409
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas (Nota 26)	(8.605)	(10.553)	(18.551)	(16.277)
Despesas administrativas (Nota 26)	(7.477)	(11.108)	(9.918)	(10.737)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(103)	(131)	(949)	(463)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	18.415	16.305	854	1.795
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	30.950	32.598	37.611	38.727
Receitas financeiras (Nota 27)	3.137	3.173	4.579	4.170
Despesas financeiras (Nota 27)	(9.987)	(6.606)	(11.365)	(7.448)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	24.100	29.165	30.825	35.449
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 21)	-	(1.651)	(6.339)	(7.176)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21)	2.266	(4.225)	1.880	(4.984)
Lucro líquido do período	26.366	23.289	26.366	23.289
Resultado por ação básico e diluído	0,4748	0,4203	0,4748	0,4203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Lucro líquido do período	26.366	23.289	26.366	23.289
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais sobre conversão de investimentos no exterior	(3.094)	(213)	(3.094)	(213)
Total de resultados abrangentes do período	23.272	23.076	23.272	23.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)
para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Opção de outorga reconhecida	Ganho na venda de ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	360.000	(4.346)	6.111	559	28.723	101.888	1.028	-	493.963	18.486	512.449
Pagamento de juros sobre capital próprio (valor bruto de R\$ 0,2240 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(12.438)	(12.438)	-	(12.438)
Diferenças cambiais sobre investimento no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	(3.094)	-	(3.094)	-	(3.094)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	26.366	26.366	-	26.366
Saldos em 31 de março de 2013	360.000	(4.346)	6.111	559	28.723	101.888	(2.066)	13.928	504.797	18.486	523.283

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Opção de outorga reconhecida	Ganho na venda de ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	360.000	(7.485)	6.111	-	23.581	55.696	(504)	-	437.399	65.911	503.310
Ações em tesouraria (Nota 18)	-	3.517	-	-	-	-	-	-	3.517	-	3.517
Diferenças cambiais sobre investimento no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	(213)	-	(213)	-	(213)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	23.289	23.289	-	23.289
Saldos em 31 de março de 2012	360.000	(3.968)	6.111	-	23.581	55.696	(717)	23.289	463.992	65.911	529.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	19.102	22.447	39.537	38.039
Lucro líquido do período	26.366	23.289	26.366	23.289
Ajustes por				
Depreciação	5.890	4.581	8.215	6.206
Amortização	846	653	886	657
Provisões	177	(80)	(537)	(1.392)
Provisão para perdas sobre créditos	19	179	(48)	185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.266)	4.225	(1.880)	4.984
Equivalência patrimonial	(18.415)	(16.305)	(854)	(1.795)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	5.064	5.905	5.968	5.905
Derivativos	3.317	-	3.317	-
Variação cambial de adiantamentos e leasing	(234)	-	(234)	-
Juros sobre aplicação financeira-caixa restrito	(1.662)	-	(1.662)	-
Variações nos ativos e passivos	(23.964)	(10.843)	(46.538)	(11.003)
Contas a receber de clientes	(12.404)	(5.220)	(34.524)	(7.559)
Impostos a recuperar	(1.056)	(2.076)	(2.281)	(6.180)
Estoques	2.713	5.274	662	3.459
Depósitos judiciais	(7.185)	(635)	(7.387)	(784)
Outras contas a receber	27	1.727	163	1.410
Fornecedores	(5.559)	(7.592)	(3.800)	(5.446)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	(1.881)	(5.637)	263	(5.056)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	691	3.523	7.922	13.998
Pagamento de IR e CSLL	-	(960)	(5.758)	(4.794)
Outras contas a pagar	690	753	(1.798)	(51)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(4.862)	11.604	(7.001)	27.036
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(4.613)	(6.225)	(6.811)	(10.872)
Aquisição de investimentos e intangível	(1.613)	(719)	(1.620)	(1.478)
Dividendos recebidos	20.000	-	1.500	900
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	13.774	(6.944)	(6.931)	(11.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(3.061)	-	(3.061)
Juros sobre capital próprio pagos	(12.438)	(7.740)	(12.438)	(7.740)
Ações em tesouraria	-	1.163	-	1.163
Pagamento leasing	(84)	-	(84)	-
Financiamentos	-	-	9.500	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	-	-	(229)	-
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de financiamento	(12.522)	(9.638)	(3.251)	(9.638)

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - continuação
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	1.006	(213)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3.610)	(4.978)	(16.177)	5.735
Saldos do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	30.758	124.236	115.779	167.549
No fim do período	27.148	119.258	99.602	173.284
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3.610)	(4.978)	(16.177)	5.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração do valor adicionado
dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Receitas	167.265	171.461	296.025	246.319
Vendas de mercadorias e serviços, líquidas de devoluções	167.161	171.622	295.413	246.228
Outras receitas	123	18	564	276
Provisão para perdas sobre créditos	(19)	(179)	48	(185)
Insumos adquiridos de terceiros	(66.161)	(64.384)	(145.770)	(97.032)
Custos das mercadorias e serviços	(59.295)	(57.369)	(128.225)	(85.761)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.866)	(7.015)	(17.545)	(11.271)
Valor adicionado bruto	101.104	107.077	150.255	149.287
Depreciação e amortização	(6.736)	(5.234)	(9.101)	(6.863)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	94.368	101.843	141.154	142.424
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	18.415	16.305	854	1.795
Receitas financeiras	3.137	3.173	4.579	4.170
Valor adicionado total a distribuir	115.920	121.321	146.587	148.389
Distribuição do valor adicionado	115.920	121.321	146.587	148.389
Pessoal e encargos (exceto INSS)	46.464	47.989	59.432	59.634
Remuneração direta	31.792	35.461	42.349	44.811
Benefícios	10.706	9.608	12.635	11.313
FGTS	3.966	2.920	4.448	3.510
Impostos, taxas e contribuições	26.580	36.627	42.332	50.975
Federais	20.061	30.599	33.107	42.414
Estaduais	2.273	1.891	3.424	3.078
Municipais	4.246	4.137	5.801	5.483
Remuneração de capitais de terceiros	16.510	13.416	18.457	14.491
Juros	9.987	6.606	11.365	7.448
Aluguéis	6.523	6.810	7.092	7.043
Remuneração de capitais próprios	26.366	23.289	26.366	23.289
Juros sobre capital próprio	12.438	-	12.438	-
Lucro retido	13.928	23.289	13.928	23.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

A Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 6 de maio de 2013.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, compreendem:

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas a seguir:

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	2013	2012
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
CSB Transtex Chile S.A. (“Transtex Chile”)	(i) 100	(i) 100
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(ii) 100	(ii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100
Valid USA, Inc. (“Valid USA”)	(iii) 100	(iii) 100
Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”)	(iii) 100	(iii) 100

- (i) Participação direta e indireta.
(ii) Empresa constituída em 2011.
(iii) Participação indireta através da Valid Espanha.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

O investimento que a controlada direta Interprint possui na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa, mas não o controle, e, sendo assim, não é consolidada.

A partir de 2013 e para todos os períodos anteriores para fins de comparabilidade, a fim de atender o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, o investimento que a controlada direta Interprint possui na *joint venture* Incard passou a ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado como ganho por compra vantajosa no resultado do exercício na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

2.3 Investimento em coligada

O investimento da Valid na coligada Multidisplay é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4 Negócios em conjunto

A Valid mantém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard com base no método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os

ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e a Incard. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média.

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

b) Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras das controladas Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions, sediadas respectivamente na Argentina, Chile, Espanha e Estados Unidos, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países.

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da

aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio na compra de uma controlada após 1º de janeiro de 2009 são contabilizadas no patrimônio líquido.

2.6 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

2.7 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”)

e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece

essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 10% a 30%.
- Móveis e utensílios – 10% a 20%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.14 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

2.17 Arrendamento

O Grupo como arrendatário

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

2.21 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.22 Novos pronunciamentos contábeis

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013:

a.1) Sem efeitos na aplicação no grupo Valid S.A

O Grupo avaliou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e não identificou impactos para o trimestre findo em 31 de março de 2013:

- IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10 existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRS pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas – reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” – as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRS - as melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRS. As alterações às IFRS são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
 - a.1.1) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
 - a.1.2) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

a.2) Normas aplicadas e respectivos efeitos no grupo Valid S.A

- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação, em que duas ou mais partes têm controle conjunto, deve ser classificado.

O Grupo concluiu a mensuração dos efeitos da adoção para a aplicação do IFRS 11 e identificou impacto sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, tendo em vista que os investimentos na empresa Incard não atendem à definição de Joint operations e, portanto, a partir de janeiro de 2013, a contabilização pelo método de equivalência patrimonial passou a ser efetuada de acordo com a participação nas empresas, o que produziu impacto no processo de desreconhecimento da consolidação proporcional na posição financeira ou resultado das operações quando comparado com a consolidação proporcional da Companhia, como anteriormente considerado.

O Demonstrativo dos efeitos dos ajustes da adoção do pronunciamento nos períodos comparativos é apresentado como segue:

a) Balanço Patrimonial:

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das	31/12/2012
	(Publicado)	alterações	(Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	117.640	(1.861)	115.779
Contas a receber de clientes	177.007	(9.849)	167.158
Provisão para perdas sobre crédito	(1.158)	-	(1.158)
Impostos a recuperar	10.673	(2.780)	7.893
Estoques	107.619	(7.785)	99.834
Dividendos a receber	1.094	-	1.094
Outras contas a receber	21.570	(8)	21.562
Aplicações financeiras – caixa restrito	2.661	-	2.661
Despesas antecipadas	4.833	(520)	4.313
Total do ativo circulante	441.939	(22.803)	419.136
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	149.826	(4.903)	144.923
Depósitos judiciais	20.952	(1.151)	19.801
Impostos a recuperar	8.534	(3.297)	5.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.145	(455)	14.690
Outras contas a receber	4.932	-	4.932
Aplicações financeiras – caixa restrito	100.263	-	100.263
Investimentos	4.598	19.601	24.199
Imobilizado	340.062	(4.486)	335.576
Intangível	172.156	(122)	172.034
Total do ativo não circulante	666.642	10.090	676.732
Total do ativo	1.108.581	(12.713)	1.095.868

Passivo	Efeito das alterações		
	31/12/2012		31/12/2012
Passivo circulante	(Publicado)		(Reapresentado)
Fornecedores	66.546	(10.865)	55.681
Débitos com partes relacionadas	-	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	138.967	-	138.967
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	47.534	(274)	47.260
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12.612	(56)	12.556
Parcelamento de débitos fiscais	467	-	467
Derivativos	3	-	3
Outras contas a pagar	16.681	(278)	16.403
Total do passivo circulante	282.810	(11.473)	271.337
Passivo não circulante			
Fornecedores	147	-	147
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	263.799	-	263.799
Provisões	13.508	(880)	12.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.823	-	29.823
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	-	4.000
Derivativos	593	-	593
Outras contas a pagar	1.452	(360)	1.092
Total do passivo não circulante	313.322	(1.240)	312.082
Patrimônio líquido			
Capital social	360.000	-	360.000
Ações em tesouraria	(4.346)	-	(4.346)
Reservas de capital	6.670	-	6.670
Reservas de lucros	130.611	-	130.611
Ajustes acumulados de conversão	1.028	-	1.028
Proposta de distribuição de dividendos adicional	18.486	-	18.486
Total do patrimônio líquido	512.449	-	512.449
Total do passivo e patrimônio líquido	1.108.581	(12.713)	1.095.868

b) Demonstrações do resultado:

	Consolidado		
	31/03/2012	Efeito das alterações	31/03/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Receita de vendas líquida	231.874	(12.867)	219.007
Custos das mercadorias e serviços	(165.427)	10.829	(154.598)
Lucro bruto	66.447	(2.038)	64.409
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(16.489)	212	(16.277)
Despesas administrativas	(11.056)	319	(10.737)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(463)	-	(463)
Resultado de equivalência patrimonial	872	923	1.795
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	39.311	(584)	38.727
Receitas financeiras	4.994	(824)	4.170
Despesas financeiras	(8.286)	838	(7.448)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	36.019	(570)	35.449
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.746)	570	(7.176)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.984)	-	(4.984)
Lucro líquido do período	23.289	-	23.289
Resultado por ação básico e diluído	0,4203	-	0,4203

c) Fluxos de caixa:

	Consolidado		
	31/03/2012	Efeito das alterações	31/03/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	39.100	(1.061)	38.039
Lucro líquido do período	23.289	-	23.289
Ajustes por			
Depreciação	6.344	(138)	6.206
Amortização	657	-	657
Provisões	(1.392)	-	(1.392)
Provisão para perdas sobre créditos	185	-	185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.984	-	4.984
Equivalência patrimonial	(872)	(923)	(1.795)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	5.905	-	5.905
Variações nos ativos e passivos	(12.793)	1.790	(11.003)
Contas a receber de clientes	(7.253)	(306)	(7.559)
Impostos a recuperar	(4.661)	(1.519)	(6.180)
Estoques	1.310	2.149	3.459
Depósitos judiciais	(871)	87	(784)
Outras contas a receber	1.144	266	1.410
Fornecedores	(3.639)	(1.807)	(5.446)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	(5.038)	(18)	(5.056)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	853	13.145	13.998
Pagamento de IR e CSLL	5.602	(10.396)	(4.794)
Outras contas a pagar	(240)	189	(51)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	26.307	729	27.036
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(11.983)	1.111	(10.872)
Aquisição de investimentos e intangível	(1.480)	2	(1.478)
Dividendos recebidos	900	-	900
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(12.563)	1.113	(11.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(3.061)	-	(3.061)
Juros sobre capital próprio pagos	(7.740)	-	(7.740)
Outros	1.163	-	1.163
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de financiamento	(9.638)	-	(9.638)
Ajustes acumulados de conversão	(213)	-	(213)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.893	1.842	5.735
Saldos do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	(171.780)	4.231	(167.549)
No fim do período	175.673	(2.389)	173.284
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.893	1.842	5.735

d) Demonstração do valor adicionado:

	Consolidado		
	31/03/2012	Efeito das alterações	31/03/2012
	<small>(Publicado)</small>		<small>(Reapresentado)</small>
Receitas	264.616	(18.297)	246.319
Vendas de mercadorias e serviços, líquidas de devoluções	264.525	(18.297)	246.228
Outras receitas	276	-	276
Provisão para perdas sobre créditos	(185)	-	(185)
Insumos adquiridos de terceiros	(107.273)	10.241	(97.032)
Custos das mercadorias e serviços	(95.734)	9.973	(85.761)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.539)	268	(11.271)
Valor adicionado bruto	157.343	(8.056)	149.287
Depreciação e amortização	(7.001)	138	(6.863)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	150.342	(7.918)	142.424
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	872	923	1.795
Receitas financeiras	4.994	(824)	4.170
Valor adicionado total a distribuir	156.208	(7.819)	148.389
Distribuição do valor adicionado	156.208	(7.819)	148.389
Pessoal e encargos (exceto INSS)	60.497	(863)	59.634
Remuneração direta	45.542	(731)	44.811
Benefícios	11.403	(90)	11.313
FGTS	3.552	(42)	3.510
Impostos, taxas e contribuições	57.035	(6.060)	50.975
Federais	44.459	(2.045)	42.414
Estaduais	7.091	(4.013)	3.078
Municipais	5.485	(2)	5.483
Remuneração de capitais de terceiros	15.387	(896)	14.491
Juros	8.286	(838)	7.448
Aluguéis	7.101	(58)	7.043
Remuneração de capitais próprios	23.289	-	23.289
Lucro retido	23.289	-	23.289

b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões

baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.13, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de

crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Caixa e bancos	1.650	2.551	23.386	41.404
Equivalentes de caixa	25.498	28.207	76.216	74.375
Total	27.148	30.758	99.602	115.779

Os equivalentes de caixa referem-se à aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha, e estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Contas a receber de clientes	102.372	89.991	201.776	167.158
Provisão para perdas sobre créditos	(612)	(593)	(1.204)	(1.158)
Total	101.760	89.398	200.572	166.000

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
A vencer	75.780	65.682	150.545	110.888
Vencidos				
Até 30 dias	14.207	10.496	22.555	30.833
De 31 à 60 dias	3.950	7.961	9.893	16.055
De 61 à 90 dias	844	1.051	3.691	1.753
De 91 à 120 dias	2.177	2.153	5.650	2.457
Há mais de 121 dias	5.414	2.648	9.442	5.172
Total vencidos	26.592	24.309	51.231	56.270
Total	102.372	89.991	201.776	167.158

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
				(Reapresentado)
IR a recuperar	2.605	2.512	6.492	5.335
CSLL a recuperar	499	499	505	499
ICMS a recuperar	78	177	814	908
IPI a recuperar	6.244	5.898	6.530	6.190
Impostos federais retidos por clientes	713	-	901	32
INSS a recuperar	-	-	157	157
Outros	12	9	12	9
Total	10.151	9.095	15.411	13.130
Total circulante	5.011	3.955	10.174	7.893
Total não circulante	5.140	5.140	5.237	5.237
Total	10.151	9.095	15.411	13.130

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
				(Reapresentado)
Matéria prima	35.472	41.006	58.336	61.066
Produtos em processo	23.047	25.944	29.476	31.717
Peças e materiais de reposição	2.452	2.534	3.073	3.211
	60.971	69.484	90.885	95.994
Adiantamentos a fornecedores	4.820	2.734	5.854	3.840
Total	65.791	72.218	96.739	99.834

8. Aplicações financeiras – caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
				(Reapresentado)
Total circulante	2.704	2.661	2.704	2.661
Total não circulante	101.882	100.263	101.882	100.263
Total	104.586	102.924	104.586	102.924

As aplicações financeiras – caixa restrito lastreiam o empréstimo tomado pela controlada Valid USA para a aquisição dos ativos da empresa VMark, Inc. (“VMark”). Estas aplicações restritas são compostas de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) junto ao Deutsche Bank S.A. e sua remuneração é indexada a 100% da variação do CDI. A liberação desta aplicação está condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA. Vide Nota 13 (a).

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
				(Reapresentado)
Trabalhistas	7.890	7.351	11.522	10.782
Tributários	8.698	8.698	8.769	8.768
Cíveis, comerciais e outros	6.897	251	6.897	251
Total	23.485	16.300	27.188	19.801

Em 08 de fevereiro de 2013 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao processo nº 2008.34.00.029636-4 no valor de R\$ 6.646. Este processo tem como parte a Agência nacional de telecomunicações – ANATEL e tem como objeto obter a suspensão de exigibilidade de multa imposta pela mesma a Companhia no processo administrativo nº 53.508.009981/2004 por produção de cartão indutivo com número de certificado vencido.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo e sua movimentação estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	31/12/2012	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido	31/03/2013
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	2.132	60	2.192
Comissões a pagar	573	49	622
Provisão para fretes	121	58	179
Provisão para obsolescência imobilizado	1.420	(1)	1.419
Provisão para royalties	770	(117)	653
Provisão honorários advocatícios	476	11	487
Provisão para bônus	-	2.383	2.383
Outras adições temporárias	1.062	212	1.273
Total imposto diferido ativo	6.554	2.654	9.208
Impostos diferido passivos com relação a:			
Diferença depreciação – CPC 27	(2.730)	(388)	(3.118)
Total imposto diferido passivo	(2.730)	(388)	(3.118)
Total imposto diferido	3.824	2.266	6.090
	Consolidado		
	31/12/2012	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido	31/03/2013
	(Reapresentado)		
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	3.012	(160)	2.852
Comissões a pagar	687	236	923
Prejuízo fiscal	7.487	1.045	8.532
Base negativa de CSLL	2.695	376	3.071
Provisão para fretes	158	25	183
Provisão para obsolescência imobilizado	1.420	(1)	1.419
Provisão para royalties	771	(109)	662
Provisão honorários advocatícios	476	11	487
Provisão para bônus	-	2.508	2.508
Outras adições temporárias	2.003	366	2.369
Total imposto diferido ativo	18.709	4.297	23.006
Impostos diferido passivos com relação a:			
Amortização fiscal do ágio dedutível	(30.934)	(1.989)	(32.923)
Diferença depreciação – CPC 27	(2.908)	(428)	(3.336)
Total imposto diferido passivo	(33.842)	(2.417)	(36.259)
Total imposto diferido	(15.133)	1.880	(13.253)

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (vida útil do bem).

A companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos fiscais diferidos com os passivos fiscais diferidos da seguinte forma:

31/03/2013				
Compensação	Valid	Interprint	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	9.208	1.312	12.486	23.006
Impostos diferidos passivos	(3.118)	(33.141)	-	(36.259)
Total ativos fiscais	6.090	-	12.486	18.576
Total passivos fiscais	-	(31.829)	-	(31.829)
31/12/2012 - (Reapresentado)				
Compensação	Valid	Interprint	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	6.554	1.289	10.866	18.709
Impostos diferidos passivos	(2.730)	(31.112)	-	(33.842)
Total ativos fiscais	3.824	-	10.866	14.690
Total passivos fiscais	-	(29.823)	-	(29.823)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	Controladora	Consolidado (Reapresentado)
2013	9.208	16.990
2014	-	1.584
2015	-	1.758
2016	-	2.674
Total	9.208	23.006

11. Investimentos e intangível

A movimentação dos saldos de investimentos para o período findo em 31 de março de 2013 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					Saldos em 31/03/2013
	Saldos em 31/03/2013	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
Investidas						
Valid Par	847	-	-	10	-	857
Interprint	204.744	-	(46)	12.644	-	217.342
Valid Espanha	26.528	-	(836)	5.129	-	30.821
Valid Argentina	9.463	-	(522)	512	-	9.453
Transtex Chile	26	-	1	(1)	-	26
Trust	12.406	-	-	121	-	12.527
	<u>254.014</u>	<u>-</u>	<u>(1.403)</u>	<u>18.415</u>	<u>-</u>	<u>271.026</u>
Ágio						
Valid Espanha	33.161	-	(1.355)	-	-	31.806
Valid Argentina	6.179	-	(337)	-	-	5.842
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	<u>42.989</u>	<u>-</u>	<u>(1.692)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.297</u>
Total	<u>297.003</u>	<u>-</u>	<u>(3.095)</u>	<u>18.415</u>	<u>-</u>	<u>312.323</u>

Investimento	Consolidado					Saldo em 31/03/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
	(Reapresentado)					
Multidisplay	4.598	-	-	1.196	(1.306)	4.488
Incard	19.601	-	-	(342)	-	19.259
Total	<u>24.199</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>854</u>	<u>(1.306)</u>	<u>23.747</u>

As principais informações sobre as controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Controladas	31 de março de 2013					
	Total dos Ativos	Total dos Passivos	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	866	866	10	857	1.031	100
Interprint	266.021	266.021	12.644	217.342	227.500	100
Valid Certificadora	33.006	33.006	(1.054)	8.970	20.000	(**) 100
Valid Espanha	54.148	54.148	5.129	30.821	164	100
Valid Argentina	21.946	21.946	539	9.951	15.219	(*) 100
Transtex Chile	28	28	-	28	1	(*) 100
Trust	14.725	14.725	121	12.527	17.500	100
Valid USA	135.659	135.659	2.539	6.776	100	(***) 100
Valid Solutions	5.091	5.091	22	3.087	-	(***) 100

(*)Participação direta e indireta.

(**)Participação indireta através da Interprint.

(***)Participação indireta através da Valid Espanha

a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior

penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“CPC 01”).

b) Valid Participações Ltda.

A Valid Participações (“Valid Par”) cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 03 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

c) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

d) CSB Transtex Chile S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil.

e) Interprint Ltda.

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de

forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard refere-se a uma *joint venture* com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos *chips* para a produção de *smart cards* e produtos correlatos.

Em 27 de março de 2013, a controlada Interprint resolveu denunciar o Joint Venture Agreement, firmado em 03 de abril de 2002 com a empresa Incard S.A., pelo fato do mesmo não vir alcançando os propósitos nele estabelecidos. Até a presente data as empresas envolvidas ainda estão discutindo a resolução e os detalhes dessa denúncia.

Podemos resumir as informações financeiras da Incard como segue abaixo:

	Incard	
	31/03/2013	31/12/2012
Ativo		
Ativo circulante	49.386	45.792
Ativo não circulante	17.586	20.002
Total do ativo	66.972	65.794
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	28.404	23.134
Passivo não circulante	52	3.460
Patrimônio líquido	38.516	39.200
Total do passivo e patrimônio líquido	66.972	65.794
	31/03/2013	31/03/2012
Receita líquida de vendas	15.439	25.734
Custo das vendas	(15.877)	(21.658)
Lucro bruto	(438)	4.076
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(882)	(1.062)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	218	(28)
Imposto de renda e contribuição social	418	(1.140)
Lucro líquido do exercício	(684)	1.846

O resultado abrangente é igual ao resultado do período. Adicionalmente informamos que em 31 de março de 2013 a Incard possuía R\$ 8.278 referente a caixa e equivalentes de caixa e R\$ 419 referente a depreciação e amortização.

g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 02 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de até R\$30.000, dos quais R\$15.332 foram pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955. O valor remanescente, não registrado, será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao atendimento de determinadas metas, pactuadas no contrato de compra e venda das ações.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414 relativo a rentabilidade futura com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

i) Valid Certificadora Digital Ltda.

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo

principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A Controladora Valid S.A., concedeu carta de fiança em nome da sua controlada Valid Certificadora no montante de R\$ 20.000, a fim de garantir a execução contratual referente às obrigações dos critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

j) Valid USA, Inc.

A Valid USA, Inc. (“Valid USA”) foi constituída em 15 de abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos, conforme contrato social. A Valid Espanha possui 100% de seu capital social. Em 6 de novembro de 2012, a Valid USA obteve a aprovação pelo Tribunal de Falência dos Estados Unidos (Distrito Norte de Illinois) do seu acordo para a aquisição de substancialmente todos os ativos operacionais da Vmark, Inc., empresa sediada em Illinois, Estados Unidos da América, e algumas de suas afiliadas, sendo elas: Versatile Card Technology (VCT), Qualteq, Inc.(d/b/a VCT – New Jersey, Inc.), Creative Automation (CAC), Unique Mailing Services (UMS), Global Card Services (GCS), unique Embossing Services (UES), Automated Presort (API), Fulfillment Excellence (FXI), Unique Data Services (USD) e Veluchamy, LLC (em conjunto “Vmark”). O valor da aquisição dos referidos ativos foi de US\$ 49.452.

Os ativos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>30/11/2012</u>
Ativo	
Contas a receber de clientes	27.211
Estoques	11.251
Outras contas a receber	2.617
Imobilizado	60.910
Intangível	1.814
Total dos ativos adquiridos – valor justo	<u>103.803</u>
Valor pago pela aquisição dos ativos da Vmark	(104.216)
Ágio na aquisição dos ativos da Vmark	<u>413</u>

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 14.838 referentes aos ativos da Vmark, foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida e reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica “Outras despesas operacionais” da demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2012.

O resultado do exercício em 31 de dezembro de 2012 inclui um prejuízo R\$ 12.880 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelos ativos da Vmark. As receitas consolidadas do exercício incluem R\$15.002 referentes aos negócios adicionais gerados pelos ativos da Vmark.

Caso essas combinações de negócios tivessem sido efetivadas em 1º de janeiro de 2012, as receitas da Vmark seriam de R\$ 235.956 e o prejuízo seria de R\$ 10.971 no qual não estão incluídos os custos referentes a aquisição mencionada anteriormente. A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho da Vmark combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

k) Valid Secure Solutions LLC.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2012, aprovou a aquisição de 100% do capital social da PPI Secure Solutions LLC (“PPI”), empresa com sede na Pennsylvania, Estados Unidos. Em setembro de 2012 a empresa teve sua razão social alterada para Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”). A Valid Solutions atua na área de atendimento a contingências na área de meios de pagamento (“disaster recovery”). A aquisição foi realizada através da Valid USA em dinheiro, pelo montante total de R\$ 2.548, sendo apurado um ganho na compra vantajosa no valor total de R\$ 965.

Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>24/05/2012</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	442
Contas a receber de clientes	253
Estoques	276
Outras contas a receber	166
Ativo não circulante	74
Imobilizado	4.243
Total dos ativos adquiridos	<u>5.454</u>
Passivo	
Passivo circulante	(1.941)
Total dos passivos assumidos	<u>(1.941)</u>
Total do ativo líquido	<u>3.513</u>

Apresentamos abaixo, o valor total de aquisição, assim como a determinação do ganho na compra vantajosa na aquisição da Valid Solutions:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	3.513
Valor pago pela aquisição da Valid Solutions	<u>(2.548)</u>
Ganho na compra vantajosa da Valid Solutions	<u>965</u>

A movimentação dos saldos de intangível para o período findo em 31 de março de 2013 está demonstrada como segue:

Intangível	Controladora				Saldo em 31/03/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições (baixas)	Amortização	Transferências	
Vida útil definida					
Software	7.655	556	(900)	1.057	8.368
Total	<u>7.655</u>	<u>556</u>	<u>(900)</u>	<u>1.057</u>	<u>8.368</u>

Intangível	Consolidado						Saldos em 31/12/2012
	Saldos em 31/12/2012	Adições (baixas)	Aquisição de controlada	Amortização	Variação Cambial	Transferências	
	(Reapresentado)						
Vida útil definida							
Software	8.312	563	-	(959)	(27)	1.057	8.946
Marcas e patentes	1.759	-	-	-	-	-	1.759
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	-	-	85.962
Valid Espanha	33.161	-	-	-	(1.355)	-	31.806
Multidisplay	13.955	-	-	-	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	-	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	-	-	11.099
Valid Argentina	6.505	-	-	-	(354)	-	6.151
Trust	3.649	-	-	-	-	-	3.649
Vmark	401	-	-	-	(6)	-	395
	161.963	-	-	-	(1.715)	-	160.248
Total	172.034	563	-	(959)	(1.742)	1.057	170.953

(*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

12. Imobilizado

Controladora											
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing de máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	16,67%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2012	3.732	71.102	177.672	27.417	10.723	2.466	94.578	10.490	6.876	933	405.989
Adições	-	3	3.051	-	110	-	1.125	-	3.788	6.068	14.145
Baixas	-	-	(3.230)	-	-	(190)	-	-	-	(3.582)	(7.002)
Transferências	-	600	221	-	-	-	358	-	(2.236)	-	(1.057)
Saldos em 31/03/2013	3.732	71.705	177.714	27.417	10.833	2.276	96.061	10.490	8.428	3.419	412.075
Depreciação											
Saldos em 31/12/2012	-	(20.559)	(96.362)	-	(6.109)	(606)	(76.829)	(5.573)	-	-	(206.038)
Adições	-	(673)	(2.419)	-	(177)	(112)	(1.953)	(51)	-	-	(5.385)
Baixas	-	-	3.146	-	-	117	-	-	-	-	3.263
Saldos em 31/03/2013	-	(21.232)	(95.635)	-	(6.286)	(601)	(78.782)	(5.624)	-	-	(208.160)
Valor residual líquido											
em 31/12/2012	3.732	50.543	81.310	27.417	4.614	1.860	17.749	4.917	6.876	933	199.951
em 31/03/2013	3.732	50.473	82.079	27.417	4.547	1.675	17.279	4.866	8.428	3.419	203.915

Consolidado											
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing de máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	16,67%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	7.073	104.726	357.438	27.417	14.380	3.626	134.370	11.991	7.315	933	669.269
Adições	-	8	3.318	-	332	-	1.316	846	4.561	6.068	16.449
Baixas	-	-	(3.247)	-	(43)	(189)	-	-	-	(3.582)	(7.061)
Ajuste cambial	(42)	(991)	(1.868)	-	(51)	(23)	(401)	(82)	-	-	(3.458)
Transferências	-	600	221	-	-	-	358	-	(2.236)	-	(1.057)
Saldos em 31/03/2013	7.031	104.343	355.862	27.417	14.618	3.414	135.643	12.755	9.640	3.419	674.142
Depreciação Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	-	(37.843)	(176.836)	-	(8.420)	(948)	(102.934)	(6.712)	-	-	(333.693)
Adições	-	(956)	(4.771)	-	(231)	(130)	(2.790)	(93)	-	-	(8.971)
Baixas	-	-	3.146	-	-	117	-	-	-	-	3.263
Ajuste cambial	-	(2)	(496)	-	24	(18)	74	62	-	-	(356)
Saldos em 31/03/2013	-	(38.801)	(178.957)	-	(8.627)	(979)	(105.650)	(6.743)	-	-	(339.757)
Valor residual líquido em 31/12/2012	7.073	66.883	180.602	27.417	5.960	2.678	31.436	5.279	7.315	933	335.576
em 31/03/2013	7.031	65.542	176.905	27.417	5.991	2.435	29.993	6.012	9.640	3.419	334.385

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor do custo aproximado de R\$3.804 (R\$ 3.804 em 31 de dezembro de 2012).

13. Empréstimos, Financiamentos, debêntures e leasing a pagar

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos(a)	Financiamentos(b)	Leasing a Pagar(c)
Tomador	Valid USA	Valid Certificadora	Valid S.A.
Valor total	US\$ 49.000	R\$ 29.875	R\$ 27.416
Data de Vencimento	Nov/18	Setembro/18	Novembro/2018
Remuneração	2,64% a.a.	TJLP + 1,5% a.a	10,85% a.a.
Garantia	Aplicação Financeira - caixa restrito	Fiança Bancária	Equipamentos
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Trimestrais (a partir de Out/14)	Mensais
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Trimestrais	Mensais

Debêntures (d)	1ª emissão-20/04/2008	2ª emissão-17/10/2011	3ª emissão-27/12/2012
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 28/01/2008	Reunião do Conselho de Administração em 07/10/2011	Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2012
Quantidade	18.000 debêntures simples não conversíveis em ações	10.000 debêntures simples não conversíveis em ações	13.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 180.000.000	R\$ 100.000.000	R\$ 130.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	20 de abril de 2013	17 de outubro de 2013	27 de junho de 2014
Remuneração	Taxa média DI + 1,50% a.a.	Taxa média DI + spread (de até 1,07% a.a.)	Taxa média DI + spread (de até 1,20% a.a.)
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	5 parcelas semestrais e iguais	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Não aplicável

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos:

a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, através da subsidiária Valid USA, o Grupo captou o empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América.

A Companhia em relação a esse empréstimo apresenta uma aplicação financeira – caixa restrito, conforme divulgado na Nota 8, na qual é dado em garantia. A liberação desta aplicação está condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA, conforme informado na tabela acima.

Em 31 de março de 2013, os saldos dos empréstimos registrados no grupo estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)
Principal	98.676	100.132
Juros	890	243
Total	99.566	100.375
Total circulante	890	243
Total não circulante	98.676	100.132
Total	99.566	100.375

b) Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, através da subsidiária indireta Valid Certificadora, o Grupo captou o financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$ 29.875, sendo liberado o montante de R\$ 21.500 até 31 de março de 2013.

Em 31 de março de 2013, os saldos dos financiamentos registrados no grupo estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)
Principal	21.500	12.000
Juros	60	32
Total	21.560	12.032
Total circulante	60	32
Total não circulante	21.500	12.000
Total	21.560	12.032

c) Leasing a pagar

O Grupo arrendou alguns de seus equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, através de arrendamentos financeiros. O prazo médio de arrendamento é de 6 anos. O grupo possui opções de compra dos bens pelo valor descontados dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. As obrigações do grupo assumidas por meio de arrendamentos financeiros estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

As taxas de juros para todas as obrigações assumidas por meio de arrendamentos financeiros são fixadas nas respectivas datas dos contratos em 10,85% ao ano.

Adicionalmente, conforme previsto em contrato a companhia realizou adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 18.143 na qual serão descontadas nas prestações futuras estando as mesmas atreladas ao dólar.

Abaixo demonstraremos os pagamentos mínimos futuros a pagar, líquidos dos adiantamentos sobre os arrendamentos financeiros em 31 de março de 2013.

	Controladora e Consolidado			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Pagamento mínimo de leasing	4.503	18.376	4.056	26.935
Adiantamento	(4.830)	(288)	-	(5.118)
Total de pagamentos líquidos	(327)	18.088	4.056	21.817

d) Debêntures

Em 31 de março de 2013 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Circulante		
Principal – 1ª emissão	36.000	36.000
Principal – 2ª emissão	100.000	100.000
Juros – 1ª emissão	1.282	561
Juros – 2ª emissão	3.411	1.544
Juros – 3ª emissão	2.557	81
	143.250	138.186
Não circulante		
Principal – 1ª emissão	-	-
Principal – 2ª emissão	-	-
Principal – 3ª emissão	130.000	130.000
	130.000	130.000
Total	273.250	268.186

As debêntures prevêem a manutenção de determinados *covenants*, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2013.

Adicionalmente divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debênture e leasing a pagar:

	Controladora	Consolidado (Reapresentado)
2013	142.923	143.897
2014	134.306	148.024
2015	4.594	34.711
2016	4.594	34.711
2017	4.594	34.711
2018	4.056	20.163
Total	295.067	416.217

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
IR a recolher	562	1.037	7.065	6.044
CSLL a recolher	-	-	355	568
ICMS a recolher	997	571	1.044	719
IPI a recolher	-	-	81	41
ISS a recolher	1.510	1.418	1.922	1.555
COFINS a recolher	2.698	2.169	3.396	2.852
PIS a recolher	586	471	738	620
Outros	88	84	119	157
Total	6.441	5.750	14.720	12.556

15. Parcelamento de débitos fiscais

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Parcelamento especial de débitos - PAES (Lei nº 10.684/03)	82	467
Total	82	467
Total circulante	82	467
Total	82	467

a) Programa de parcelamento especial de débitos – PAES

As controladas Interprint e Tecnoformas (incorporada pela Interprint em 31 de outubro de 2009) optaram pelo parcelamento especial de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecido como REFIS II, consolidando todos os débitos federais com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, relativos aos valores referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que vinham sendo discutidos judicialmente, os quais, mediante a desistência dos processos de questionamento, também foram incluídos no PAES.

O valor da prestação corresponde ao maior valor entre 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela e 1/180 do total do débito consolidado, não podendo ser inferior a R\$ 2, garantido o prazo máximo de 120 parcelas caso seja adotado o percentual de 1,5% sobre a receita bruta. Com base na expectativa de faturamento, a Administração do Grupo adotou o prazo total de 120 meses para definição das parcelas de curto e longo prazo nas demonstrações financeiras.

16. Provisões

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de março de 2013, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			Saldos em 31/03/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	
Trabalhistas	7.819	951	(772)	7.998
Cíveis, comerciais e outros	654	32	(34)	652
Total	8.473	983	(806)	8.650

	Consolidado			Saldos em 31/03/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	
	(Reapresentado)			
Trabalhistas	9.783	1.662	(851)	10.594
Tributárias	2.191	-	(1.346)	845
Cíveis, comerciais e outros	654	32	(34)	652
Total	12.628	1.694	(2.231)	12.091

a) Provisões

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda reconhecidas como provisão nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- **Cíveis:** Discussões sobre questões contratuais diversas. Nenhuma reivindicação civil, individualmente, tem um valor significativo para o Grupo.
- **Trabalhistas:** Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. As reclamações mais relevantes dizem respeito a reconhecimento de vínculo empregatício no valor de R\$ 2,4 milhões e a pagamento de benefícios no valor de R\$ 1,1 milhão.
- **Fiscais:** Envolve cumprimento de obrigações fiscais relativas a órgãos Federais. O montante mais relevante diz respeito a tributos federais relacionados a empresas controladas, no total de R\$ 845 mil.

b) Passivo contingente

A Companhia discute na esfera judicial, ações para as quais existe a expectativa de perdas possíveis e entende que para estas, não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão distribuídos da seguinte forma:

	Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012
Trabalhistas	23.949	25.033
Tributários	51.084	36.321
Cíveis, comerciais e outros	19.719	23.425
Total	94.752	84.779

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Trabalhistas	26.506	27.731
Tributários	86.840	73.360
Cíveis, comerciais e outros	33.983	37.689
Total	147.329	138.780

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

- **Processos tributários:**

- i) **Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)**

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao suposto enquadramento equivocado de classificação de bens na tabela de IPI gerando débito de imposto e glosa de créditos relativos ao mesmo e em razão do não recolhimento do creditamento do imposto realizado pela Companhia e posterior utilização para compensação com débitos do mesmo imposto.

Em relação aos autos de infração supostamente devidos ao enquadramento equivocado de classificações de bens na tabela de IPI e em relação ao não recolhimento do creditamento do imposto a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes. O valor atualizado destes processos montam aproximadamente R\$ 22.693 e R\$ 13.304 respectivamente.

- ii) **Auto de infração – Impostos Aduaneiros**

A União Federal lavrou contra a joint venture Incard auto de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 13.400, referente a multa pelo suposto erro de classificação fiscal em relação a produtos importados. A Incard contestou a cobrança e a situação em 31 de dezembro de 2012 encontrava-se em esfera administrativa no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

- iii) **Auto de infração – Arquivos eletrônicos fiscais**

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 7.100, referente a multa por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

- iv) **Execução fiscal ICMS – São Paulo**

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração e

imposição de multa, no montante histórico aproximado de R\$ 5.500, referentes a cobrança de suposto débito de ICMS sobre determinadas operações de confecção de impressos gráficos.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos

- **Processos cíveis:**

- i) Ação cível ajuizada contra a controladora, cujo autor é o ex-representante comercial da controladora, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. O valor atualizado da ação atribuído pelo ex-representante é de R\$ 19.421.
- ii) Ação cível ajuizada contra a controladora requerendo nulidade de contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de telecomunicações, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 3.235.
- iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 13.795.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

- **Processos trabalhistas:**

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. A reclamação possível de maior representatividade refere-se a um ex-representante comercial que efetua o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento dos benefícios e direitos trabalhistas no montante de R\$ 11.500.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária dadas em garantia para garantir compromissos em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 10.173 na controladora e R\$ 13.648 no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

17. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas, que foram eliminadas no processo de consolidação, podem ser assim sumariados:

	Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012
Ativo	13.561	33.682
Circulante		
Contas a receber	26	3
Interprint	26	-
Valid Argentina	-	3
Dividendos a receber	4.850	25.057
Interprint	-	20.000
Valid Espanha	4.850	5.057
Não Circulante		
Outras contas a receber	8.685	8.622
Valid Argentina - mútuo	3.033	3.043
Valid Espanha - mútuo	5.652	5.579
Passivo	(93)	(130)
Circulante		
Fornecedores	(93)	(130)
Valid Argentina	-	(47)
Valid Espanha	(93)	(83)
Demonstração dos resultados		
Receita líquida	940	206
Interprint	31	59
Trust	-	19
Valid Argentina	-	128
Valid Espanha	909	-
Custo das mercadorias e serviços	940	206
Interprint	31	59
Trust	-	19
Valid Argentina	-	128
Valid Espanha	909	-

A controlada Interprint compra alguns insumos diretamente da Valid. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima.

Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000. A Valid Argentina (mutuária) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias.

Em 26 de setembro de 2012, a controlada Valid Espanha firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 5.000. A Valid Espanha (mutuária) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios mensais equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para os títulos

federais – SELIC, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias.

Em 31 de março de 2013, Valid Espanha possui em seu ativo, contas a receber com Valid Argentina no montante de R\$ 523.

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Multidisplay registrou dividendos a pagar à controlada Interprint no montante de R\$ 1.094 e em fevereiro de 2013 registrou o montante de R\$ 406 totalizando R\$ 1.500 pagos em 28 de fevereiro de 2013. Em março a controlada aprovou distribuição de dividendos de R\$ 900 ainda não recebidos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2013 o capital subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações (“CPC 10”), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period).

Ganho na venda de ações em tesouraria

A Companhia no exercício de 2012 realizou o pagamento de remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 559.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para investimentos

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva para investimentos é constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, à qual foi submetida e aprovada em Assembléia Geral Ordinária em 30 de abril de 2013. A Companhia submeteu o valor de R\$ 46.192 e o montante desta reserva passou a ser de R\$ 101.888.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 21 de janeiro de 2013 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 12.438, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,224000 por ação os quais foram pagos em 30 de janeiro de 2013.

A Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a destinação adicional de R\$ 18.486 como dividendos do exercício de 2012, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia a qual foi aprovada em 30 de abril de 2013 em Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de opção de compra de ações. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012

Em 31 de março de 2013, a Companhia mantém 225.147 ações ordinárias em tesouraria

(225.147 ações em 31 de dezembro de 2012), cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)		
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	16,10	20,79	18,97

A Companhia no primeiro trimestre de 2012 realizou o pagamento de remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 559 sendo este registrado em reserva de capital.

Baseado na última cotação de mercado disponível em 28 de março de 2013, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 8.781, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última cotação
Ação ordinária	38,10	44,95	41,53	39,00

f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (“CPC 02”), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions e da conversão do ágio. Em 31 de março de 2013, o saldo constituído pela Companhia nesta rubrica era devedor de R\$ 2.066 (credor de R\$ 1.028 em 31 de dezembro de 2012).

19. Resultado por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação (“CPC 41”), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012.

	31/03/2013	31/03/2012
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	26.366	23.289
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	55.525	55.416
Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação	0,4748	0,4203

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 31 de março de 2013 e 2012, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 55.750.000 ações

ordinárias, normativas, escriturais e sem valor nominal. Os eventos mais representativos que resultaram na alteração da quantidade de ações da Companhia se encontram mencionados na Nota 18 (a).

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece segurança nas transações digitais viabilizando o uso e emitindo certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, essenciais à atuação profissional de pessoas físicas e jurídicas nos relacionamentos eletrônicos com empresas e instituições de todos os segmentos de mercado e esferas de governo. Além da emissão de certificados, é oferecido serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

As práticas contábeis dos segmentos da Companhia são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis (Nota 2).

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBTIDA e lucro operacional.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

31/03/2013	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	140.792	79.827	42.832	3.824	-	267.275
Intersegmento	-	31	909	-	(940)	-
Total das receitas	140.792	79.858	43.741	3.824	(940)	267.275
Custos e despesas	(134.766)	(51.604)	(37.377)	(5.822)	-	(229.569)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(949)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	854	-	-	854
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(6.786)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(4.459)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	26.366
31/03/2013						
Ativos operacionais	346.086	125.588	144.996	15.052	(26)	631.696
Clientes	80.927	49.942	69.107	622	(26)	200.572
Estoques	68.819	8.826	16.500	2.594	-	96.739
Imobilizado	196.340	66.820	59.389	11.836	-	334.385
Passivos operacionais	29.103	9.194	14.532	603	(26)	53.406
Fornecedores	29.103	9.194	14.532	603	(26)	53.406

31/03/2012 – (Reapresentado)	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	103.509	68.913	46.178	407	-	219.007
Intersegmento	128	59	19	-	(206)	-
Total das receitas	103.637	68.972	46.197	407	(206)	219.007
Custos e despesas	(90.274)	(47.857)	(38.187)	(5.294)	-	(181.612)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(463)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.795	-	-	1.795
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(3.278)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(12.160)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.289
31/12/2012 – (Reapresentado)						
Ativos operacionais	326.764	122.466	138.244	13.939	(3)	601.410
Clientes	73.222	38.928	53.776	77	(3)	166.000
Estoques	56.893	17.207	23.137	2.597	-	99.834
Imobilizado	196.649	66.331	61.331	11.265	-	335.576
Passivos operacionais	30.580	10.462	14.271	371	(3)	55.681
Fornecedores	30.580	10.462	14.271	371	(3)	55.681

Informações geográficas

O Grupo opera em quatro principais áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina e EUA (sendo esta a partir de dezembro/2012).

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

Informações geográficas	Receitas		Ativos não circulantes(*)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012
No país sede da entidade – Brasil	189.720	189.182	481.094	476.917
Em países estrangeiros	77.555	29.825	83.467	84.862
Total	267.275	219.007	564.561	561.779

(*) Exceto instrumentos financeiros e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento (“CPC 22”), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

21. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	24.100	29.165	30.825	35.449
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	8.194	9.916	10.481	12.053
Adições				
Perdas no recebimento de créditos	6	61	-	61
Diferença depreciação – CPC 27	-	1.479	-	1.479
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(6.261)	(5.544)	(290)	(610)
Perdas no recebimento de créditos	-	-	(21)	-
Incentivos fiscais	-	(30)	-	(47)
Juros sobre capital próprio	(4.229)	-	(4.229)	-
Parcela isenta do adicional	(6)	(6)	(18)	(18)
Amortização de ágio	-	-	-	(481)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	61	-
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	(1.502)	326
Outras adições / exclusões	30	-	(23)	(603)
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	(2.266)	5.876	4.459	12.160
Alíquota efetiva	(9,40%)	20,15%	14,47%	34,30%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	1.651	6.339	7.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.266)	4.225	(1.880)	4.984
	(2.266)	5.876	4.459	12.160

22. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o período findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 1.251 (R\$ 6.170 em 31 de março de 2012), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Em 31 de março de 2013, a Companhia não possui outros planos de benefícios para seus funcionários.

23. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, empréstimos e arrendamentos, débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito das debêntures e empréstimos, foi a captação de recursos para as operações da Companhia e combinação de negócios e suas controladas, enquanto que as obrigações com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – caixa restrito, contas a receber de clientes, outras contas a receber, créditos com partes relacionadas e dividendos a receber, que resultam diretamente de suas operações. Adicionalmente a companhia apresenta derivativos.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos / débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures e empréstimos e arrendamento emitidas pela Companhia se encontra classificado como custo amortizado e não mensurado ao valor justo, e está contabilizado pelos seus valores contratuais.

Adicionalmente a Companhia apresenta transações com derivativos.

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 são como segue:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	27.148	27.148	99.602	99.602
Aplicações financeiras - caixa restrito	Mantidas até o vencimento	104.586	104.586	104.586	104.586
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	102.372	102.372	201.776	201.776
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	4.850	4.850	900	900
Fornecedores	Custo amortizado	25.067	25.067	53.548	53.548
Derivativos	Valor justo	3.913	3.913	3.913	3.913
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	Custo amortizado	295.067	309.716	416.217	427.732

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	30.758	30.758	115.779	115.779
Aplicações financeiras - caixa restrito	Mantidas até o vencimento	102.924	102.924	102.924	102.924
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	89.991	89.991	167.158	167.158
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	25.057	25.057	1.094	1.094
Fornecedores	Custo amortizado	29.116	29.116	55.828	55.828
Derivativos	Valor justo	596	596	596	596
Empréstimos e Debêntures	Custo amortizado	290.321	290.259	402.766	402.391

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem

um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 46 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 46 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida os ativos e passivos registrados a valor justo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Descrição	Controladora			
	31/03/2013	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	25.498	-
Total dos ativos	-	-	25.498	-
Passivo				
Derivativos	-	-	3.913	-
Total dos passivos	-	-	3.913	-

Descrição	Controladora			
	31/12/2012	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	28.207	-
Total dos ativos	-	-	28.207	-

Passivo				
Derivativos	-	-	596	-
Total dos passivos	-	-	596	-

Descrição	Consolidado			
	31/03/2013	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	76.216	-
Total dos ativos	-	-	76.216	-

Passivo				
Derivativos	-	-	3.913	-
Total dos passivos	-	-	3.913	-

Descrição	Consolidado			
	31/12/2012 <small>(Reapresentado)</small>	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	74.375	-
Total dos ativos	-	-	74.375	-

Passivo				
Derivativos	-	-	596	-
Total dos passivos	-	-	596	-

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$1.266 e R\$ 2.532 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de março de 2013.

- **Risco de câmbio**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2013 uma redução no montante total de R\$ 2.495 e R\$ 4.990 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2013 uma redução no montante de R\$ 7.705 e R\$ 15.411 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2013 uma redução no montante de R\$ 2.466 e R\$ 4.932 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2013 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 752 e R\$ 1.503.

Adicionalmente, em dezembro de 2012 a Companhia contratou derivativo e em 31 de março de 2013 foi registrado em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Perda com “swap” cambial	3.317	-	3.317	-
Total	3.317	-	3.317	-

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos – Operações de Swap		
Controladora		
Vencimento	Valor referêcia (nacional)	Valor justo (a pagar)/ a receber
04/06/13	554	(16)
04/06/13	765	(22)
05/12/13	769	(20)
05/12/13	556	(15)
04/06/14	748	(18)
04/06/14	542	(13)
05/12/14	5.605	(133)
05/12/14	7.740	(184)
04/06/15	7.554	(186)
04/06/15	5.470	(134)
07/12/15	7.396	(198)
07/12/15	5.356	(144)
06/06/16	5.226	(165)
06/06/16	7.216	(228)
05/12/16	7.052	(262)
05/12/16	5.107	(190)
05/06/17	6.891	(315)
05/06/17	4.990	(228)
05/12/17	6.734	(367)
05/12/17	4.876	(266)
04/06/18	84	(6)
04/06/18	61	(4)
05/12/18	6.364	(463)
05/12/18	4.609	(336)
	<u>102.265</u>	<u>(3.913)</u>

(i)Deutsche

Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada (variação do dólar + taxa de 2,24% a.a.) e posição ativa em percentual de 100% do CDI em reais. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do dólar.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da

reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de março de 2013 de acordo com o item 39 do CPC 40 (R1):

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De			Total
			3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	25.067	-	-	-	-	25.067
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	142.923	148.088	4.056	295.067
Total	25.067	-	142.923	148.088	4.056	320.134

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De			Total
			3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	53.548	-	-	-	-	53.548
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	143.897	252.157	20.163	416.217
Total	53.548	-	143.897	252.157	20.163	469.765

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de março de 2013:

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De			Total
			3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.148	-	-	-	27.148
Aplicação financeira – caixa restrito	-	-	2.704	90.511	11.371	104.586
Contas a receber de clientes	89.987	4.794	7.591	-	-	102.372
Dividendos a receber	-	-	4.850	-	-	4.850
Depósitos judiciais	-	-	-	23.485	-	23.485
Total	89.987	31.942	15.145	113.996	11.371	262.441

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	99.602	-	-	-	99.602
Aplicação financeira – caixa restrito	-	-	2.704	90.511	11.371	104.586
Contas a receber de clientes	173.100	13.584	15.092	-	-	201.776
Dividendos a receber	-	900	-	-	-	900
Depósitos judiciais	-	-	-	27.188	-	27.188
Total	173.100	113.186	18.696	117.699	11.371	434.052

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros de 1,5% ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de março de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,93%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes à cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de março de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/03/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	25.498	CDI	7,93%	5,95%	3,97%
Receita financeira bruta			2.022	1.517	1.012
Aplicações financeiras – caixa restrito	104.586	CDI	7,93%	5,95%	3,97%
Receita financeira bruta - caixa restrito			8.294	6.223	4.152
Consolidado					
Operação	Saldo em 31/03/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	76.216	CDI	7,93%	5,95%	3,97%
Receita financeira bruta			6.044	4.535	3.026
Aplicações financeiras – caixa restrito	104.586	CDI	7,93%	5,95%	3,97%
Receita financeira bruta - caixa restrito			8.294	6.223	4.152

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de março de 2013. Foram acrescidos os juros de 1,5% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,43% para a primeira emissão, acrescidos os juros de 1,07% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,00% para a segunda emissão, e acrescidos os juros de 1,20% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,13% para a terceira emissão, sendo estas médias relacionadas ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de março de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/03/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 1ª emissão	37.282	CDI +1,5%	9,43%	11,79%	14,15%
Despesa financeira bruta			3.516	4.396	5.275
Debêntures – 2ª emissão	103.411	CDI +1,07%	9,00%	11,25%	13,50%
Despesa financeira bruta			9.307	11.634	13.960
Debêntures – 3ª emissão	132.557	CDI +1,20%	9,13%	11,41%	13,70%
Despesa financeira bruta			12.102	15.125	18.160

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	R\$ 7.014
Riscos operacionais	R\$ 365.138
Riscos diversos	R\$ 25.500
Veículos	R\$ 2.864
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 12.000
Fidelidade e Crime	R\$ 5.000
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.000

25. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)
Receita bruta de vendas e serviços	172.742	173.880	302.083	250.087
Impostos sobre vendas	(21.559)	(21.418)	(28.138)	(27.221)
Devoluções sobre vendas	(5.581)	(2.258)	(6.670)	(3.859)
Receita de vendas líquida	145.602	150.204	267.275	219.007

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Mão de obra	31.792	35.461	42.349	44.811
Benefícios a empregados	10.706	9.608	12.635	11.313
Impostos e taxas	11.253	12.253	14.183	15.104
Aluguel	6.523	6.810	7.092	7.043
Depreciação e amortização	6.736	5.234	9.101	6.863
Material de consumo/Matéria prima	34.042	39.945	91.787	57.285
Serviços de terceiros	5.798	5.326	10.106	9.223
Manutenção	3.445	3.301	3.952	4.082
Utilidades e serviços	7.769	6.809	11.841	11.220
Comissões sobre vendas	2.734	3.069	4.336	3.498
Frete sobre vendas	2.502	2.277	5.404	5.792
Gerais e outros	9.664	3.687	16.783	5.378
	132.964	133.780	229.569	181.612
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	116.882	112.119	201.100	154.598
Despesas com vendas	8.605	10.553	18.551	16.277
Despesas administrativas	7.477	11.108	9.918	10.737
	132.964	133.780	229.569	181.612

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	2.004	2.905	2.857	3.754
Atualizações contas a receber	1.108	236	1.106	298
Variação monetária	-	-	558	-
Outros	25	32	58	118
	3.137	3.173	4.579	4.170
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(5.064)	(5.905)	(5.968)	(5.905)
Swap	(3.317)	-	(3.317)	-
Juros variação cambial	(1.457)	(227)	(1.752)	(838)
Despesas bancárias	(117)	(474)	(260)	(545)
Outros	(32)	-	(68)	(160)
	(9.987)	(6.606)	(11.365)	(7.448)
Total, líquido	(6.850)	(3.433)	(6.786)	(3.278)

28. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Ações em tesouraria resgatadas para liquidação de passivo	-	2.354	-	2.354
Dividendos declarados e não recebidos	4.850	4.559	900	-
Imobilizado adquirido e não pago	1.473	-	1.520	-

(Reapresentado)

29. Eventos Subsequentes

- Em 16 de abril de 2013, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada Interprint no montante de até R\$ 30.000. A Valid (mutuaria) se compromete a restituir a Interprint (mutuante) a quantia mutuada, indexada pelo percentual do CDI e acrescida de juros remuneratórios mensais de 0,93%, os quais incidirão pró-rata dia da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias. Em 19 de abril de 2013 a mutuaria recebeu R\$ 24.000 e em 2 e 3 de maio de 2013 recebeu R\$.2.500 e R\$ 1.000 respectivamente.
- Em 22 de abril de 2013 a Companhia efetuou o pagamento da última parcela da 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 41.302, sendo R\$ 36.000 referentes ao principal e R\$ 5.302 referente aos juros remuneratórios.